

Projeto “EcoCréditos”

i. Descrição sumária do programa, projeto ou ação

Pretende-se implementar um mecanismo voluntário de compensação de impactos ambientais não evitáveis que liga os agentes económicos e os cidadãos aos fornecedores de serviços da biodiversidade e dos ecossistemas (e.g. sequestro do carbono, qualidade do ar, qualidade e disponibilidade de água, preservação da diversidade genética, prevenção da erosão dos solos, regulação do ciclo de nutrientes, polinização, mitigação de catástrofes, etc...). Aliando uma lógica de remuneração dos fornecedores (oferta) destes serviços com o desenvolvimento de um “mercado” que mobilize e organize os potenciais subscritores (procura), o valor dos ecocréditos angariados servirá para valorizar economicamente os benefícios proporcionados pela biodiversidade e pelos ecossistemas ao conjunto da sociedade, financiando diretamente uma bolsa de microprojetos de proprietários que promoverão ações de restauro dos ecossistemas em espaços da Rede Natura 2000.

As ações previstas inicialmente visam conceber uma plataforma modular organizativa, inserindo-lhe conteúdos informativos, educacionais e comunicacionais. Os diferentes módulos farão a ligação entre a equipa de projeto, os cidadãos e as empresas, bem como com os proprietários candidatos à dinamização de microprojectos a apoiar. A plataforma, intitulada natura2000.pt, permitirá a subscrição dos ecocréditos, o cálculo da pegada ambiental de cidadãos e das empresas, a apresentação de candidaturas pelos proprietários, uma área de monitorização e resultados e, futuramente, a operacionalização de uma bolsa de voluntários. Existirão subscrições públicas de ecocréditos, destinadas aos cidadãos e às empresas e, futuramente, serão promovidos concursos para financiamento direto de ações concretas relacionadas com a biodiversidade e os serviços de ecossistemas na Rede Natura 2000.

Serão disponibilizados conteúdos e efetuadas ações comunicacionais dirigidas aos diferentes destinatários, utilizando meios escritos, rádio, televisão e web e, em paralelo, haverá uma interação direta com os responsáveis de entidades empresariais no sentido de os sensibilizar para a subscrição dos ecocréditos e para o envolvimento de colaboradores voluntários.

O projeto terá ainda uma componente de promoção da literacia ambiental relativa aos serviços dos ecossistemas e à Rede Natura 2000 em Portugal, através da série ABC da Natureza, a qual prevê a conceção e produção de sete spots infográficos, de guiões de exploração pedagógica e de uma exposição interpretativa, disponibilizando informação simples, mas rigorosa, sobre as temáticas com vista a uma divulgação multimeios (redes sociais, sites informativos e televisão, escolas, feiras, exposições, etc.).

ii. Objetivos principais

A Rede Natura 2000 ocupa mais de 20% do território nacional português e, atendendo ao estado de conservação de alguns habitats, irá necessitar de investimentos públicos e privados para garantir o restauro e/ou a sua manutenção em estado de conservação favorável no longo termo. O que se constata é que, independentemente dos apoios públicos a alocar, os recursos financeiros serão sempre insuficientes para fazer face às necessidades, nomeadamente apoiar pequenas ações concretas.

Pese embora o Fundo Ambiental esteja já a promover um Programa de Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas, parece-nos importante que a sociedade civil organizada proporcione também fórmulas que promovam o envolvimento de cidadãos e de empresas na conservação da biodiversidade e dos

ecossistemas em Portugal, através da alocação de investimentos, na forma de ecocréditos, que possam contribuir para o esforço nacional nestas matérias.

Ao colocar no mercado estes ecocréditos pretende-se mobilizar recursos junto de áreas da atividade económica e junto dos cidadãos que beneficiam direta e indiretamente destes serviços e não são, em regra, chamados a remunerar ou a apoiar quem ativamente cuida da biodiversidade nas áreas de elevado valor para a conservação.

No caso das empresas, mais do que razões de ordem moral, a sua responsabilidade ambiental está hoje intimamente ligada à sua gestão, pelo que este sistema ecocréditos pretende dar um contributo decisivo para:

- fazer face à insuficiente integração dos custos ambientais nas atividades económicas geradoras de impactes na biodiversidade e nos ecossistemas;
- à ausência de mecanismos de façam interagir a oferta e a procura dos serviços dos ecossistemas, de forma a suprir as imperfeições do mercado;
- motivar o envolvimento do setor privado para participar nos investimentos a realizar em conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, em resposta às limitações de recursos financeiros do sector público;
- responder à inexistente oferta de um produto de subscrição voluntária que faça a compensação dos impactes ambientais não evitáveis no território nacional.

No caso dos cidadãos, apesar das dificuldades económicas existentes em vastos sectores da sociedade portuguesa, existem franjas importantes que podem e devem participar ativamente no esforço de conservação de conservação da biodiversidade, alocando recursos financeiros com reduzido impacte na economia familiar e participando em ações de voluntariado recorrentes.

No caso dos proprietários de terrenos com valores naturais com estatuto de conservação desfavorável, designadamente espécies e habitats naturais e seminaturais protegidos raros ou ameaçados, esta é uma oportunidade para poderem concretizar pequenos investimentos iniciais nas suas propriedades com vista à reabilitação da integridade ecológica das mesmas e poderem usufruir de uma remuneração fixa anual, durante 10 anos, discriminando positivamente o esforço daqueles que prestam serviços relevantes ao conjunto da sociedade e que atualmente nada recebem em troca.

iii. Equipa técnica (experiência, diversidade e capacidade operacional da equipa)

No contexto do projeto, do qual faz parte a operação candidatada no âmbito do programa de financiamento “Proteger a Vida Terrestre”, segue a descrição da equipa de apoio (embora esta trabalhe de forma integrada na implementação do mesmo), com uma definição e clarificação de responsabilidades.

1 – Coordenação e gestão

Nuno Forner será responsável não só por acompanhar os trabalhos ao nível da elaboração dos conteúdos para os diferentes materiais a produzir no âmbito da presente operação, assim como na ligação às escolas durante a implementação do projeto de forma mais alargada.

Licenciado em Biologia e Geologia, e mestrado em Ecologia Aplicada, colabora com ONGAS desde 2003, na elaboração de materiais de divulgação e sensibilização ambiental, nomeadamente guiões pedagógicos, e gestão de projetos de conservação, entre os quais se contabiliza um projeto cofinanciado pelo Programa LIFE. Na área da comunicação, é de destacar o papel como gestor do

projeto de implementação do portal da LPN, cofinanciado pelo Programa Operacional Sociedade da Informação (FEDER).

2 – Aconselhamento científico

João Paulo Fonseca

É licenciada em Biologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e doutorado em Biologia pelo Instituto Superior de Agronomia. É atualmente investigador do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e é docente no curso de obtenção da licenciatura em Biologia no ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Complementa a sua atividade profissional com realização de estudos de monitorização dos valores naturais protegidos.

iv. Abordagem: apresentar uma sinopse do programa, projeto ou ação a ser desenvolvido, o seu contributo face aos objetivos nacionais e europeus, em matéria de Ambiente, e à ENEA 2020, designadamente eixos temáticos e medidas e os materiais que serão produzidos, bem como para os objetivos gerais e específicos do presente Aviso

O projeto pretende demonstrar que é possível adotar soluções voluntárias, mesmo que limitadas, que permitam que alguns dos custos ambientais sejam assumidos pelas empresas (incorporação de parte dos custos resultantes da produção de bens e serviços, através do investimento em ecocréditos de biodiversidade e serviços dos ecossistemas) e pelos cidadãos (incremento dos esforços de redução dos consumos supérfluos, alocando parte da poupança gerada ao investimento em ecocréditos de biodiversidade e serviços dos ecossistemas), sendo de ressaltar apenas que, neste âmbito, ficam fora deste sistema as compensações de impactes evitáveis, pois existem prerrogativas, no âmbito da legislação de avaliação de impacte ambiental, que servem para compensar eventuais danos de projetos públicos e privados. A geração de externalidades positivas com investimento em capital natural, através da emissão de ecocréditos e da sua subscrição por cidadãos e por empresas, como forma de compensação dos impactes não evitáveis, é um comportamento que também será valorizado com a correspondente melhoria do balanço ambiental do subscritor.

Tratando-se de uma subscrição voluntária, não obrigatória por lei, é importante acautelar que não se afigura tarefa fácil gerar procura junto dos potenciais subscritores, tornando a subscrição dos ecocréditos disponíveis uma necessidade. Todavia, os produtos associados à compensação de impactes não evitáveis (e.g. compensação de emissões de gases com efeito de estufa) geraram no passado uma procura assinalável na maior parte dos agentes e junto dos cidadãos, apesar das evidentes limitações em monitorizar e auditar os investimentos efetuados. A nosso ver, colocar no mercado a subscrição de um produto desta natureza será interessante para as empresas, porque:

- permite à entidade subscritora associar os ecocréditos à sua atividade no mercado e aos investimentos ambientalmente responsáveis;
- confere à empresa uma melhor relação com as preferências dos consumidores, em virtude de estarmos em presença de uma consciência ambiental cada vez mais visível em círculos mais alargados e informados;
- melhora o posicionamento da empresa na sociedade e junto dos seus acionistas, permitindo-lhe comunicar eficazmente os compromissos de responsabilidade social e ambiental e manter um bom nível de reputação e de aceitação da(s) sua(s) marca(s);
- promove impactes positivos e, por isso, previne e mitiga eventuais dificuldades resultantes da exposição a diversos riscos derivados de eventual desempenho ambiental deficiente, de uma

excessiva dependência da exploração dos recursos naturais ou da vulnerabilidade da atividade da empresa aos efeitos nefastos das alterações climáticas;

- suscita a adoção de um conjunto de boas práticas internas de redução da pegada ecológica da empresa que podem levar à redução dos custos operacionais, bem como ao aumento do nível de empenhamento, motivação e de produtividade dos colaboradores;
- associa a imagem da empresa a intervenções específicas de conservação de espécies ameaçadas e de habitats degradados e ao restauro de fluxos de serviços dos ecossistemas interrompidos, em caso de manifesto empenho público na subscrição dos créditos disponibilizados.

No que concerne a eventuais perdas, as mesmas poderão estar relacionadas com o facto da subscrição de créditos por parte de uma determinada empresa poder vir a ser alvo de censura social por ser interpretada como “lavagem de imagem”. Todavia, é necessário enfatizar que são as empresas que mais impactes causam que devem contribuir de forma mais significativa para investimentos que visam a reposição do capital natural, incorporando esses custos nos seus balanços.

No caso dos cidadãos e famílias não só é muito importante dar a conhecer mecanismos que possam ajudar na tomada de decisões diárias de consumo que impactam a biodiversidade e os ecossistemas, permitindo uma gestão cada vez mais eficiente dos recursos financeiros disponíveis e, ao mesmo tempo, a melhoria contínua da sua pegada ambiental, mas também promover a literacia ambiental como fator decisivo para a criação de consciência coletiva de que o planeta tem limites, e que, provavelmente, esse limite terá já sido ultrapassado com a perda de biodiversidade.

Este é, assim, um projeto que contribuirá de forma inequívoca para a prossecução dos objetivos gerais do Aviso n.º 7777/2020, de 15 de maio, contribuindo para a consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, com enfoque específico no domínio «15. Proteger a Vida Terrestre».

Ainda no que respeita aos objetivos gerais, o presente projeto vem também dar prossecução à Estratégia Nacional de Educação Ambiental, designadamente aos princípios orientadores e ao eixo temático/área-chave “Valorizar o Território”, contribuindo para a prossecução das medidas #3, #4, #9, #10, e #11.

Ao nível dos objetivos específicos do Aviso n.º 7780/2020, de 15 de maio, o presente projeto vai de forma transversal ao encontro dos princípios orientadores da Estratégia Nacional de Educação Ambiental, enquadrável no eixo temático Valorizar o Território, pontos 5.3.4 Valores naturais.

Também ao nível da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, o projeto assume qualquer um dos três vértices estratégicos: i) Melhorar o estado de conservação do património natural; ii) Promover o reconhecimento do valor do património natural; e iii) Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade, sendo que também contribui inequivocamente para a consecução do objetivo “1.10 — Aumentar a visibilidade e perceção pública do valor do património natural e dos serviços de ecossistemas”.

Já no que, mais concretamente, respeita ao Aviso n.º 7780/2020, de 15 de maio, o projeto vai ao encontro do estabelecido nos objetivos específicos 2.3.2 e 2.3.6 e está alinhado com as seguintes áreas chave e tipologias: 3.1.1 — Património natural como um ativo estratégico: biodiversidade (espécies, habitats, ecossistemas) e geodiversidade e 3.1.2 — Papel dos serviços prestados pelos ecossistemas. Enquadra-se ainda nas tipologias 3.2.1 — Participação ativa do público; 3.2.2 — Formação e capacitação, com efeito multiplicador e que potenciem a disseminação do conhecimento; 3.2.3 — Sensibilização ambiental; 3.2.4 — Participação passiva do público.

v. Potenciais impactos: de médio e curto prazo do programa, projeto ou ação proposto, para os envolvidos (beneficiários e consórcio se aplicável) e para o público-alvo, incluindo a definição de indicadores de monitorização/impacto e respetivas metas alcançar

Considerando que os destinatários deste produto são todas as empresas que tenham como compromisso assumido a melhoria contínua do seu desempenho ambiental e o objetivo de atualizar o posicionamento e a responsabilidade da marca em termos de sustentabilidade, investindo em capital natural, bem como os cidadãos/famílias que estejam motivados a medir, monitorizar e reduzir ativamente a sua pegada ambiental e a compensar anualmente os impactes do consumo de recursos, é expectável que sejam angariados 15.000 créditos na primeira subscrição junto dos cidadãos e 75.000 na primeira subscrição junto das empresas, já em 2021, estando desde logo implícita uma lógica conservadora que perspetiva a credibilização da iniciativa na fase subsequente. Com esses créditos subscritos por empresas e cidadãos, que, numa primeira fase, permitirão alocar uma verba de 100.000 euros para financiamento de 4 a 5 microprojetos de proprietários, cujos montantes máximos de cofinanciamento rondarão os 25.000 euros por candidatura aprovada, estimando-se que as mesmas possam contribuir para intervir em 15 hectares (= 150.000 metros quadrados) de áreas com valores naturais de elevado valor para a conservação da natureza. Os critérios de seleção dos microprojetos e das áreas a intervencionar, para além da obrigatória localização em Rede Natura 2000 (Zonas Especiais de Conservação e Zonas de Proteção Especial para as Aves), terão correspondência com as prioridades nacionais definidas na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, em particular ações destinadas a melhorar o estado de conservação dos tipos de habitats ou espécies (incluindo as espécies de aves) que se encontrem em estado de conservação desfavorável, prevendo sempre remunerações de serviços dos ecossistemas aos proprietários.

Depois de implementada a plataforma redenatura2000.pt, estima-se que o grau de adesão via registo por parte de cidadãos e colaboradores de empresas ronde os 20.000 (inclui elementos do agregado familiar), prognosticando-se que, pelo menos, 100 dos inscritos se venham a disponibilizar para participar na rede de voluntariado.

Quanto à ferramenta de medição e gestão da pegada ecológica individual/familiar, importa esclarecer que se trata de um módulo da plataforma, com características responsivas para PC e telemóvel, que permitirá medir a pegada ambiental, avaliar a melhoria contínua do desempenho ao longo do tempo e possuirá um simulador de consumo responsável, sendo este instrumento disponibilizado/ativado por código de subscrição de créditos. Em paralelo, os responsáveis de empresas que subscravam um montante mínimo de créditos a definir, mas que demonstrem empenhamento no investimento em capital natural, poderão utilizar um módulo de cálculo da pegada ambiental da organização, podendo não só adotar um programa de melhoria contínua do desempenho ambiental mas também deduzir os investimentos positivos em compensação (créditos subscritos, energias renováveis, áreas naturalizadas no exterior das instalações, adaptação dos edifícios para promoção da biodiversidade).

Dado que a presente operação, na fase de cofinanciamento do Fundo Ambiental, se circunscreve a um período temporal reduzido (6 meses), apresenta-se em seguida um quadro indicativo do grau de adesão do público-alvo do projeto.

Tendo por base o valor indicativo de 10 276 617 de cidadãos residente em Portugal (valores de referência para o ano de 2018), foram elaborados os seguintes quadros:

- Quadro I, o qual reflete o grau de adesão do público-alvo do projeto, assim como a meta global a alcançar no que respeita ao indicador de resultados;

- Quadro II, o qual reflete os indicadores de realização e de resultado considerados para a implementação do projeto, sendo que o indicador 01, relativo aos produtos de comunicação, divulgação e sensibilização, são os únicos a ter em consideração para o período de implementação da operação segundo prazo definido no Aviso n.º 7780/2020, de 15 de maio.

Quadro I – Apresentação do grau de adesão na presente operação
segundo os diferentes meios envolvidos a médio prazo

Meios	Tipologia de público-alvo	Público-alvo	Número de exemplares	n.º aderentes	Adesão (%)
Plataforma (registo)	Cidadãos e empresas	1.500.000	-	20.000	1,33
Spots	Cidadãos com acesso a televisão por cabo e internet	4.000.000	-	1.500.000	37,5
Guião	Cidadãos/Escolas	20.000	20.000	20.000	100
Exposição	Cidadãos/Escolas	1.000.000	1	500.000	50
			Totais	2.040.000	19,85

Quadro 2 - Indicadores de realização e de resultado considerados

ID	Tipo de Indicador	Designação	Unidade	Meta	Definição/metodologia	Prazo de Conclusão	Fonte /Meta-informação
01	Realização	Produtos de comunicação, divulgação e sensibilização	n.º	20	Dois comunicados de imprensa; uma plataforma online; um guião de exploração pedagógica; uma exposição interpretativa; sete spots infográfica; uma menção do projeto em três newsletters; cinco posts no Facebook, Twitter e Instagram	15/11/2020	Relatório final
02	Realização	Entidades envolvidas nas campanhas de sensibilização e ações de informação	n.º	20	20 empresas contactadas para subscrição de ecocréditos	30/09/2020	
03	Realização	Campanhas, Ações ou Estudos de Sensibilização e Informação	n.º	20 000	Envolver 20 000 pessoas diretamente na campanha	15/11/2020	
04	Realização	População abrangida pelas Campanhas de Sensibilização e informação	n.º	1.000.000	Comunicar a campanha a 1.500.000 pessoas	15/11/2020	
07	Realização	Visualização plataforma	n.º	50 000	Estimativa de 50.000 visualizações da plataforma	30/11/2020	

vi. Sustentabilidade: demonstração da continuidade do programa, projeto ou ação a ser desenvolvido

Este será um caso em que o modelo a implementar no âmbito do Fundo Ambiental coincidirá, com os devidos ajustes da aprendizagem proporcionada pela sua operacionalização e pelos resultados obtidos, com o modelo que continuará após a conclusão do projeto, dado que o papel do cofinanciamento inicial será permitir a incubação e desenvolvimento da iniciativa num ambiente de execução técnica e financeira mitigado e controlado.

É portanto uma iniciativa que, depois de definir e consolidar os procedimentos e as rotinas, possui uma natural vocação para a continuidade num contexto normal de médio prazo.

Depois dos primeiros meses em que o Fundo Ambiental se constituirá como o patrono na iniciativa, ao criar condições objetivas para que esta funcione num ambiente de crescimento controlado em visibilidade, credibilidade e notoriedade, é convicção da instituição que se candidata a beneficiária encontrará um ou mais mecenas que financiarão os custos administrativos, operacionais e de comunicação. Estimamos que nos anos subsequentes à conclusão da fase de implementação se angariem cerca de 100.000 euros anuais para manter a iniciativa sustentável, com visibilidade e com operacionalidade total.

vii. Disseminação: comunicação e disseminação de resultados

No âmbito do presente projeto, para além dos instrumentos de divulgação anteriormente mencionados no âmbito da operação, ao longo da implementação do projeto prevê-se a concretização dos seguintes pontos:

- Produção de dois comunicados de imprensa sobre o projeto;
- Menção do projeto em destaque no Portal ZERO.org;
- Menção em três edições da newsletter associada ao Portal ZERO.org;
- Menção do apoio no website do projeto;
- Divulgação da evolução do projeto no website e facebook institucional, acompanhado por mais de 20.000 pessoas;
- Divulgação do projeto na RTP2 e no jornal Público.